

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 21 de dezembro de 2000

Ano 2 Nº 46

Assembléia entra em recesso

O encerramento das atividades plenárias do segundo ano legislativo da 14ª Legislatura aconteceu na noite desta terça-feira (19), com o término da última sessão plenária, por volta das 22 horas, quando foram votados inúmeros projetos de lei, alguns vetos e projetos de emendas à Constituição Estadual.



(foto Giancarlo Bortolazzi)

Sessões consecutivas para limpar pauta

Com o objetivo de finalizar o trabalho de plenário nesta semana, os parlamentares realizaram várias sessões consecutivas, quando foram votados aproximadamente 100 projetos. Entre os aprovados, destaca-se o projeto que altera a lei do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec. De origem governamental, a nova lei altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.345, de 17 de janeiro de 2000, que trata deste Programa.

Com as modificações, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Fadesc), vinculado à Secretaria da Fazenda, terá a estrutura financeira do Prodec e o instrumento operacional do Estado voltado ao incentivo para o desenvolvimento das atividades agrícolas, comerciais e industriais.

Os benefícios não poderão exceder a 5% do total do Fundo, previsto na operação do Prodec. O Plano Plurianual e o Orçamento Anual do Estado consignarão as dotações necessárias à cobertura dos compromissos assumidos

pelos Fadesc. Não ocorrendo a liberação da parcela mensal do financiamento, será autorizada a sua compensação com o ICMS devido pela empresa beneficiária, no período de apuração respectivo.

Com esta aprovação, a siderúrgica francesa Usinor começa ainda este ano o processo para instalar uma unidade em São Francisco do Sul, anunciaram os deputados governistas.

Pendências - Apesar do esforço concentrado, nem todos os projetos de interesse do governo foram apreciados em Plenário. Entre os pendentes estão o de decreto legislativo que oficializa a federalização do Besc, o de cisão da Celesc em duas empresas e o que trata da venda de ações da Casan para a Celesc.

No entanto, alguns destes projetos deixaram de ser votados em função de terem sido apresentados pelo governo na última

hora, o que não descarta uma convocação extraordinária da Assembléia para o mês de janeiro.

Comissão Representativa

Antes de dar por encerrado o ano legislativo, a Mesa Diretora da Assembléia nomeou os parlamentares que irão constituir a Comissão Representativa, a qual, em conformidade com o disposto nos Atos 45, 46 e 47 do Regimento Interno, vai representar os 40 deputados estaduais durante o recesso, que só termina em 14 de fevereiro de 2001.

Integram a Comissão o presidente, deputado Gilmar Knaesel (PPB), e demais integrantes da Mesa Diretora e os deputados Nelson Goetten (PPB), Joares Ponticelli (PPB), João Henrique Blasi (PMDB), Rogério Mendonça (PMDB), Julio Garcia (PFL), César Souza (PFL), Ideli Salvatti (PT) e Jaime Mantelli (PDT).

Projetos aprovados

Páginas 5, 6 e 7

OPINIÃO

Busca de um mundo melhor



Os últimos seis anos da minha vida política foram de um profundo aprendizado e troca de experiências com meus companheiros do Partido dos Trabalhadores e com parlamentares de outras siglas no exercício da democracia na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Interrompo o meu segundo mandato como deputado estadual para assumir a prefeitura de Concórdia, município que, com muita honra, escolheu a nossa candidatura para conduzir os seus destinos administrativos ao longo dos próximos quatro anos.

Neste momento em que se encerra uma fase da minha experiência, quando deixo o Legislativo para atuar no Poder Executivo, considero importante ressaltar algumas questões. Desde o primeiro mandato para deputado estadual, para o qual fui eleito em 1994, alguns princípios têm norteado minha atuação: a defesa intransigente das aspirações dos trabalhadores, o respeito aos bens públicos e a busca do sonho, representada pelo partido ao qual pertencem, de uma vida melhor para a população. Todas as nossas ações, projetos, emendas, discursos foram pautados pela busca da construção de uma sociedade com valores diferentes dos praticados hoje.

Nesses dois mandatos como deputado, tivemos o privilégio de ocupar

algumas funções que nos possibilitaram, de alguma forma, expressar à sociedade a nossa maneira de pensar e de agir. Foi assim quando, representando o PT, participamos da Mesa Diretora da Assembléia, composta de maneira eclética. Mais tarde, no ano de 1998 - e essa foi a primeira vez na história do nosso partido em SC - assumi a presidência do Legislativo. Foi apenas um ano, no qual já foi possível mostrar aos funcionários da Assembléia e à sociedade a nossa maneira de administrar os recursos públicos e a postura que temos na defesa de um Poder que deve ter a democracia e a seriedade como seus principais eixos.

Neste último ano, outra experiência marcou a nossa passagem no Legislativo: representar uma bancada de cinco parlamentares como líder do Partido. E este ano foi especial por tudo o que aconteceu no País envolvendo a história construída por milhares de trabalhadores que acreditam na nossa bandeira partidária. As vitórias obtidas em todos os cantos deste Brasil significam que a população entende o nosso papel e se identifica conosco. Temos o compromisso com esse sonho de um mundo melhor, onde não haja lugar para a miséria e a exclusão. Continuaremos nessa caminhada, junto com todos os que nos apoiaram e conosco lutaram lado a lado. O projeto é coletivo. Obrigado a todos que, com seu trabalho e dedicação, ajudam a construir a nossa história com dignidade.

Deputado Neodi Saretta (PT)

Aprendizado e desafio

Ao término do segundo ano deste mandato, senti necessidade de fazer um balanço do que foram esses dois anos na Assembléia Legislativa.

O primeiro ano foi de aprendizado. Valeu muito a experiência que adquiri como presidente da Comissão de Finanças e Tributação. Eu e os demais membros realizamos um bom trabalho, apesar de alguns de nós estar estreando na função de deputado estadual. Além da experiência, foi também um desafio, pois a Comissão que presidi é uma das mais importantes deste Poder e requer muito esforço e dedicação de seus membros, o que foi plenamente alcançado, fazendo com que chegássemos ao

final de 1999 com saldo positivo, a ponto de eu ter tido a honra de ser reeleito para a presidência da Comissão, fato inédito para um deputado de primeira legislatura. Por extensão, presidi durante esses dois anos a Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, realizando com sucesso diversas audiências públicas pelo interior do Estado.

Quanto ao exercício da função de agente político, consegui benefícios para vários municípios através de convênios e da aprovação de vários projetos de lei, dentre os quais podemos citar:

1 - Liberação de verba com a diretoria da Casan para o asfaltamento da rua Monsenhor Gercino, em Joinville;

2 - Doação de uma ambulância socorrista pelo governo do Estado para o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville;

3 - Lei nº 11.456, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar a extensão da Academia da Polícia Civil no município de Joinville;

4 - Emenda ao Plano Plurianual 2000-2003 e ao Orçamento para 2001, garantindo a rubrica e a verba para a construção da Delegacia Regional de Polícia e do Ciretran de Joinville;

5 - Subvenção social para atender 25 entidades assistenciais de Joinville, fazendo o total de R\$ 213.000,00;

6 - Verba para os Bombeiros Voluntários de São Francisco do Sul, Barra Velha, Massaranduba e Guaramirim para a aquisição de viaturas e equipamentos;

7 - Verba de subvenção social para entidades assistenciais de Ponte Alta, Palhoça, São Francisco do Sul, Araquari, Jaraguá do Sul, Barra Velha e Capinzal, num total de R\$ 46.000,00;

8 - Relatoria de vários projetos que beneficiaram as regiões Norte e Nordeste de Santa Catarina, principalmente o porto de São Francisco do Sul;

9 - Projetos aprovados de relevante valor social, que dispõem sobre aluno-guia; obrigatoriedade do ensino de noções básicas de política e cidadania pelas escolas estaduais e municipais; instituição do passe-saúde; aleitamento materno, obrigatoriedade de fiscalização de circos e shows itinerantes que possuam animais ferozes; adoção pela rede de ensino de livros de atividade infantil contendo noções básicas de economia familiar.

Concomitantemente, foram apresentados durante esses dois anos 20 requerimentos, 48 indicações e 35 projetos de lei.

Deputado João Rosa (PTB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)

4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Margareth Genovez

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL

Presidente Knaesel apresenta balanço do ano 2000

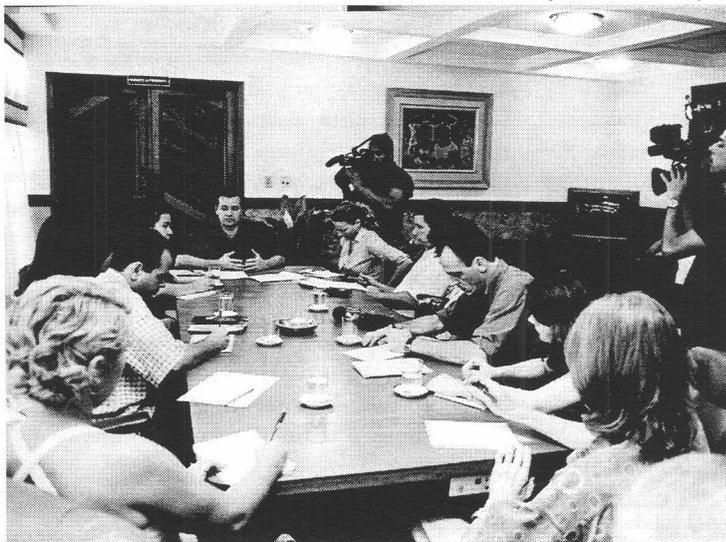
O Legislativo apreciou este ano um total de 533 matérias, sendo 470 projetos de lei de origem parlamentar e governamental, quatro do Poder Judiciário, quatro do Ministério Público e uma do Tribunal de Contas, 26 leis complementares, 16 projetos de resolução, 13 emendas constitucionais e oito medidas provisórias

O presidente da Assembleia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), reuniu a imprensa nesta quarta-feira (20) para apresentar o relatório anual das atividades do Legislativo, em especial as apreciações plenárias.

Apesar de 2000 ter sido um ano eleitoral, com a Assembleia funcionando durante três meses com calendário especial, o Poder apreciou mais projetos do que em 1999, quando votou apenas 263 proposições. Outros destaques do ano foram as atividades paralelas: audiências públicas; sessões especiais, solenes e interiorizadas, que abordaram

inúmeras questões de interesse da sociedade; Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e outras.

Knaesel comentou que uma das matérias mais polêmicas apreciadas este ano foi o projeto de federalização do Besc, ressaltando que a decisão foi influenciada mais por características políticas do que técnicas. A CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado também se constituiu em uma das vedetes do Legislativo em



Presidente apresenta balanço das atividades

2000, e a da Sonegação promete ser um dos destaques para 2001.

O presidente reconheceu que a Assembleia aprovou uma série de projetos inconstitucionais. Para ele, isso ocorreu porque alguns deputados, em vez de apresentarem suas sugestões através de requerimentos ou moções, fizeram-no por intermédio de projetos de lei, o que não é correto. Este seria um ponto negativo apresentado pelo Poder neste período.

Até esta terça-feira (19), 16 proposições já haviam sido consideradas inconstitucionais pela Justiça.

O deputado negou que a Assembleia seja autoconvocada para janeiro ou fevereiro, argumentando que não existe nenhum projeto de interesse do Legislativo para ser votado. Mas como o governador tem dois projetos importantes, encaminhados esta semana, referentes à Celesc e Casan, ele poderia convocar os deputados durante o recesso para apreciar as duas proposições.

Ao concluir, o presidente comentou que a emenda permitindo a sua reeleição, apresentada por seu companheiro de bancada Milton Sander, não será motivo para que o Legislativo seja autoconvocado, uma vez que não há interesse pessoal na questão. "Meu mandato termina em 15 de fevereiro de 2001, e somente seria candidato à reeleição se houvesse consenso por parte dos parlamentares", disse.

Ex-deputado Ruberval Pilotto recebe prêmio internacional

"O prefeito Pilotto tem demonstrado, ao longo de sua vida pública, ser um excelente político e administrador. Este prêmio internacional veio coroar sua competência em todas as áreas em que atua". Assim o deputado Julio Garcia, em nome da bancada estadual do PFL, referiu-se ao ex-deputado estadual e atual prefeito de Urussanga, Ruberval Pilotto (foto), agraciado pela província de Belluno com o "Premio Bellunesi nel Mondo", através de um concurso promovido pela Associação Bellunesi nel Mondo (ABM), Rotary da Província de Belluno.

Apenas três personalidades foram contempladas na edição 2000 deste concurso. A iniciativa da indicação de

Pilotto – único brasileiro a ganhar tal distinção – partiu da presidente da "Família Bellunesi di Urussanga", Zelma Mariot Hilbert, que reuniu todo o material necessário sobre as atividades desenvolvidas pelo prefeito, como várias cartas de recomendação de senadores, de deputados, de ex-governadores, do Consulado Italiano, do Rotary Clube de Urussanga, entre outras instituições.



(foto João Carlos Xavier)

COMISSÃO

Congresso sobre cooperativismo

A Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), integrou a delegação catarinense, representando o Poder Legislativo, no XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado na última semana no Centro de Eventos do Rio de Janeiro. O deputado Gelson Sorgato (PMDB) e o assessor técnico da Comissão, Osmar Alcides da Conceição, também acompanharam a comitiva. Simultaneamente ao Congresso, foram realizados outros eventos, como o 2º Fórum Global da Aliança Cooperativa Internacional, a Conferência Ibero-Americana de Cooperativismo e a 3ª Expocoop (Exposição de Produtos de Cooperativas). Cerca de 4 mil pessoas prestigiaram o Congresso, que contou com a presença do presidente Fernando Henrique, do governador do Rio, Anthony Garotinho, e do ministro da Agricultura, Pratini de Moraes.

Segundo o deputado Moacir Sopelsa, o cooperativismo deu demonstração cabal da sua pujança e, em especial, da

pujança do Estado catarinense, cuja diversificação dos segmentos organizados em cooperativas estão tornando viáveis uma série de empreendimentos produtivos. Ele entende que a agregação de renda tem sido possível graças ao trabalho de pequenas associações cooperativas. "Precisamos ressaltar ainda o excelente serviço dos organizadores do Congresso, com destaque aos catarinenses que dirigiram toda a programação", salientou, referindo-se ao presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Dejandir Dalpasquale, e ao superintendente da Organização, Waldir Collato.

Para o deputado Gelson Sorgato, o crescimento do sistema cooperativo brasileiro está diretamente relacionado aos esforços e às iniciativas dos dois catarinenses.

O presidente Dalpasquale destacou, na abertura do Congresso, a importância do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico dos países, com ênfase para o Brasil. Revelou



Deputado Moacir Sopelsa

que as cooperativas participam em mais de 5% do PIB brasileiro. Fernando Henrique Cardoso reconheceu a força da sociedade organizada em cooperativas, em diversos segmentos, que contribuem de forma intensa para a retomada do crescimento econômico e para o desenvolvimento social do Brasil.

Melhoria nos programas de atendimento a menores

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, deputado Jaime Duarte (PPS), elogiou a sanção do governador do Estado à lei sobre a manutenção dos Conselhos da Criança e do Adolescente e do Tutelar. "Com a decisão, a implantação de certos programas de atendimento aos menores, como combate à violência e ao trabalho infantil, terá mais chance de sucesso", avaliou o parlamentar.

Dos 293 municípios catarinenses, cerca de 280 têm hoje os Conselhos, os quais,

segundo o deputado, na grande maioria funcionam sem as mínimas condições materiais, não produzindo efeitos práticos na formulação de políticas públicas e no atendimento às crianças e aos adolescentes.

O projeto do deputado Jaime Duarte, agora sancionado pelo governo do Estado, prevê punições aos municípios que não mantiverem funcionando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.



Deputado Jaime Duarte

(foto Jonas Lemos Campos)

Proteção especial

Nesta semana foram aprovados vários projetos resguardando o direito de menores no Estado.

Medidas educativas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência, combate ao uso de drogas e a doenças sexualmente transmissíveis fazem parte do projeto de autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB), que prevê ações por meio de campanha educativa em publicações nas quais haja participação total ou parcial do Estado, especialmente em jornais, semanários, informativos, calendários e materiais didáticos.

Venda de cigarros - Os proprietários de estabelecimentos comerciais de todo o Estado ficarão proibidos de vender cigarros para menores de 18 anos. Esses estabelecimentos deverão afixar a nova lei

em local visível ao consumidor, no prazo de 90 dias após a sua publicação. O deputado Narcizo Parisotto (PMDB), autor do projeto, busca apenas o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe a venda à criança ou ao adolescente de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

Segurança e turismo - De autoria do deputado João Rosa (PTB), foi aprovada a lei que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa Educação com Segurança, objetivando transformar os adolescentes que trabalham como flanelinhas ou guardadores de veículos, devidamente cadastrados, em agentes multiplicadores da educação para o trânsito e do turismo.

PLENÁRIO

Fundo Estadual de Sanidade Animal

No último dia de votações foi aprovado projeto de lei complementar de origem governamental, encaminhado no último dia 12 à Assembléia, que cria o Fundo Estadual de Sanidade Animal – Fundesa. Este Fundo será instituído na Secretaria da Agricultura e os recursos serão utilizados nas ações referentes à indenização pelo abate de animais suspeitos ou atingidos por febre aftosa e outras doenças infecto-contagiosas. Dos R\$ 15 milhões que o Executivo vai destinar ao Fundesa, 50% serão para indenização de animais suspeitos de ter febre aftosa ou atingidos por ela; 30% para animais suspeitos de ter outras doenças infecto-contagiosas, a serem definidas pelas Comissões Técnicas que vão administrar o Fundo; e 20% para suplementar ações relativas à vigilância e fiscalização em saúde animal, à divulgação e educação sanitária animal.

O projeto foi aprovado com emenda aditiva do deputado Reno Caramori (PPB), que acrescenta ao comitê gestor do Fundo, representante das Associações de Criadores de Equinos. O parlamentar explica a necessidade de beneficiar esse setor, considerando que um grande número de cavaleiros são atingidos pela anemia infecciosa, o que obriga o criador a sacrificá-los.

Mas alguns deputados votaram contra o projeto por considerá-lo inadequado. Foi o caso de Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da Comissão de Agricultura, que questiona o governo por mandar para a Assembléia um projeto dessa relevância no apagar das luzes, impedindo uma ampla discussão. O deputado espera que a Secretaria da Agricultura permita melhorar o projeto no ano que vem, através de discussões em Audiência Públicas com representantes das entidades envolvidas.

Artistas e modelos negros em propaganda

É de iniciativa da deputada Ideli Salvatti (PT) o projeto de lei aprovado que obriga as agências de publicidade ou produtoras independentes contratadas pelo governo do Estado a incluir, no mínimo, 25% de artistas e modelos negros na idealização e rea-

lização de comercial ou anúncio. Este dispositivo estende-se também aos comerciais e anúncios que tenham o Executivo como patrocinador. Já a seleção de profissionais ficará a critério da agência de publicidade ou do produtor independente.

Proventos do governador

Aprovado projeto de decreto legislativo procedente da Comissão de Finanças, que fixa os salários do governador e do vice-governador em R\$ 2.258,96. Além da remuneração, ambos perceberão mensalmente, a título de representação, 100 e 60% por cento sobre o valor do vencimento, respectivamente.

A mesma proposição fixou em R\$ 2.941,20 os salários dos secretários e do procurador-geral do Estado, que terão uma verba de representação complementar de 50% sobre o seu vencimento. Além disso, a lei assegura o 13º salário ao governador, ao vice, aos secretários de Estado e a outros agentes políticos da administração estadual.

Emendas Constitucionais

Aprovado o projeto de emenda constitucional de autoria da deputada Ideli Salvatti (PT) que estabelece sanções de natureza administrativa, econômica e financeira a entidades que incorrerem em discriminação por motivo de origem, raça, cor, sexo, idade, estado civil, crença religiosa, orientação sexual ou de convicção política ou filosófica, e de quaisquer outras formas, independentemente de medidas judiciais previstas em lei.

Publicação de atos – Outra emenda aprovada, de autoria do deputado Ivan Ranzolin (PPB), trata da Organização do Município. De acordo com a proposta, “os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do município ou da respectiva associação municipal, ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer, ou de acordo com o que determinar a sua lei orgânica, ou, ainda, em meio eletrônico digital de acesso público”.

Salário-educação

De autoria do deputado Joares Ponticelli (PPB), foi aprovado o projeto que dá nova redação à Lei nº 10.723, de 16 de março de 1998, que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário-Educação entre Estado e municípios. As alterações feitas na lei vão ao encontro das solicitações feitas pela Fecam e pela União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), já que objetiva a desburocratização da quota estadual do salário-educação.

Pagamento do ICMS

Aprovado o projeto de autoria do deputado Jaime Duarte (PPS) que autoriza a dação em pagamento e o parcelamento de débitos fiscais relativos ao ICMS. O projeto determina que os débitos fiscais de Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal de Comunicação do Estado de SC (ICMS), relativos a operações e prestações até 31 de dezembro de 1999, corrigidas monetariamente, poderão ser pagos em qualquer fase que se encontrem com abatimento que variam de 90 até 10%, dependendo do prazo para quitação da dívida.

Dívidas do IPVA

Também recebeu aprovação dos parlamentares o projeto de lei cujo autor é o deputado Adelor Vieira (PMDB). A proposta estabelece que os critérios tributários do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), lançados até 31 de dezembro de 1999, ficam em condições de serem parcelados em até seis vezes iguais e sucessivas, o mesmo acontecendo com as multas aplicadas pelo Detran e pelo DER.

Salários em atraso

Aprovou ainda projeto de lei de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL), que determina que os recursos provenientes de bens móveis inservíveis e de bens imóveis não utilizados pelos órgãos da administração direta serão destinados, prioritariamente, ao pagamento da remuneração e dos proventos em atraso dos servidores do Estado.

PLENÁRIO

Mantido veto à prorrogação do Refis

Mantido o veto total ao Projeto de Lei 346/00, de autoria do deputado Clésio Salvaro (PFL), que prorroga o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), instituído pela Lei 11.481/00. A proposta previa o pagamento do débito do contribuinte com base na aplicação de percentuais sobre a receita mensal de cada estabelecimento. O prazo para as empresas em dívida com o ICM e o ICMS quitarem seus débitos acabaria no dia 31 de outubro deste ano, e o projeto prorrogava-o até o dia 31 de dezembro de 2000 para que os contribuintes pudessem formalizar seus débitos, tendo a opção do parcelamento em até 120 meses.

A justificativa do Executivo é que essa matéria é tributária, não sendo de competência parlamentar.

Capital da Cebola - Mantido também o veto parcial ao projeto de lei de autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB) que reconhece o

município de Ituporanga como Capital Catarinense da Cebola. Os artigos vetados determinam que o Poder Executivo implantará programa de incentivo à produção de cebola, incluindo projetos relacionados ao turismo. As razões do veto é que não existe dotação orçamentária para cumprir o que determinam os artigos citados.

Internações - No entanto, foi rejeitado o veto total ao projeto de lei de autoria do deputado César Souza (PFL), que dispõe sobre a presença de acompanhante de pacientes internados nos hospitais da rede pública e conveniada do Estado. O projeto determina que menores de 18 anos (em casos especiais, até 21 anos) e idosos acima de 60 anos terão direito à acompanhante.

Vale-alimentação aos servidores

Aprovado o projeto de lei de origem governamental que autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação por dia trabalhado aos servidores públicos civis e militares na ativa, da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2001. De acordo com estudos feitos pelas secretarias da Administração, da Fazenda e pela Procuradoria-Geral do Estado, na proposta orçamentária para o próximo ano constam dotações próprias e específicas para atender as despesas decorrentes com o pagamento do auxílio-alimentação.

Entre servidores efetivos e ACTs (Admitidos em Caráter Temporário), devem receber

este auxílio mais de 80 mil servidores, com custo anual para os cofres do Estado de aproximadamente R\$ 75 milhões. O servidor receberá o valor de R\$ 6,00 por dia trabalhado, o que corresponde a R\$ 132,00 por carga de 40 horas semanais. Os professores que tiverem, por exemplo, carga horária de 20 horas receberão metade do valor - R\$ 61,00. O auxílio não será concedido para frequentar curso de pós-graduação; licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo; licença para tratar de interesses particulares; licença-prêmio e férias.

A única emenda aprovada é de autoria da deputada Ideli Salvatti (PT), que garante vale integral ao servidor que trabalhar 20 horas em um local e mais 20 em outro, perfazendo um total de 40 horas.

Investimentos do Prodec em Joinville

(fotos Maria do Carmo Kravchynchyn)

O deputado Adelor Vieira (PMDB) quer que o governo do Estado mantenha o investimento de mais de R\$ 1 milhão que seria destinado à instalação da nova fábrica da cervejaria Antártica em Joinville. Por conta da fusão com a Brahma, a empresa cancelou o empreendimento, que seria financiado pelo Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec. "Queremos que o governo garanta esse financiamento; assim, poderemos trabalhar para que uma nova fábrica ocupe todo o parque industrial. Afinal de contas, o prefeito Luiz Henrique já havia montado uma estrutura com acesso ao terreno e para a construção de duas pontes", justifica.

Por outro lado, o parlamentar ressaltou o empenho e a competência administrativa do



Deputado Adelor Vieira

prefeito de Joinville na construção do Complexo Cultural Antártica, que vai ocupar toda a área onde funcionava a antiga fábrica da cervejaria. O terreno de 48 mil metros quadrados vai abrigar museus, cinemas, bares e escolas de arte. "Esse será um novo ponto turístico de Joinville, que também terá feiras filan-

tropicas e um playcenter permanente", antecipa Adelor.

A antiga fábrica que será substituída pelo complexo cultural custará aos cofres do município cerca de R\$ 2 milhões, metade do valor estipulado pela empresa de bebidas. "Mais uma vez o prefeito Luiz Henrique demonstrou sua visão de homem público preocupado com o desenvolvimento e com a qualidade de vida da

nossa cidade. Nenhum patrimônio tem sido abandonado ou deixado de servir à população. Basta lembrarmos a Fundação Tupy, que deu lugar ao Shopping Müller, as Malharias ARP, transformadas no Shopping Cidade das Flores, e o Shopping Americanas, que substituiu a fábrica de máquinas Raimann".

Dia do Jovem Agricultor

Aprovado projeto de lei de autoria dos deputados Joares Ponticelli (PPB) e Rogério Mendonça (PMDB), que cria o Dia Estadual do Jovem Agricultor, a ser comemorado anualmente em 16 de outubro. A população catarinense é constituída por 30% de jovens entre 10 e 24 anos, e sendo o setor primário um dos sustentáculos principais da economia estadual, faz-se necessário estimular o jovem a permanecer no campo, consciente de sua importância no desenvolvimento econômico de Santa Catarina, justificaram os autores.

PLENÁRIO

Credenciamento de hospital para cirurgias cardíacas

(foto Jonas Lemos Campos)

O deputado Clésio Salvaro (PFL) obteve uma excelente resposta relacionada à área da saúde da região Sul, principalmente para Criciúma. Após várias e intensas reuniões com o secretário da Saúde, João José Cândido da Silva, o parlamentar recebeu a promessa de credenciamento de um dos hospitais de Criciúma para a realização de cirurgias cardíacas, o qual, de acordo com o secretário, deve ocorrer até o dia 15 de janeiro.



Deputado Clésio Salvaro

O hospital habilitado, de acordo com Clésio, "terá todas as condições de atender

o paciente, desde a consulta até exames, internação e cirurgia, sem a necessidade de deslocamento para hospitais de Florianópolis ou de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul".

Outra resposta satisfatória diz respeito ao tratamento de câncer, que poderá ser feito também em Criciúma. Clésio obteve a promessa de que até setembro o Hospital

São José, localizado naquele município, terá condições de realizar os tratamentos de radioterapia e quimioterapia para os pacientes que sofrem dessa doença.

Segurança ao público

Os circos e outros estabelecimentos itinerantes que acolhem animais deverão observar, durante sua permanência no Estado, as medidas de segurança dispostas no Projeto de Lei nº 145/00, de autoria do deputado João Rosa (PTB), aprovado em Plenário, as quais incluem animais devidamente trancados ou enjaulados em compartimentos com boas condições de uso, sem a existência de amarras ou travas não originais, e constante manutenção das jaulas, que deverão ser permanentemente fechadas, em distância igual ou superior a três metros do público.

Entre as medidas preventivas estão a

disposição de saídas de emergência em ambientes fechados e abertos de modo a permitir a passagem de pedestres e veículos e a permanência constante de funcionário do estabelecimento junto às grades ou aos animais ferozes enquanto ocorrer o trânsito de pessoas nas proximidades do circo.

Em sua justificativa o parlamentar lembrou dos acidentes já ocorridos por falta de segurança nesses estabelecimentos, ressaltando que é dever do Legislativo oportunizar a efetiva fiscalização de todas as exposições públicas que possam causar qualquer tipo de risco à sociedade.

Casa Abrigo

Aprovado o projeto de lei de autoria do deputado Jaime Duarte (PPS) que autoriza o Poder Executivo a instituir o Projeto Casa Abrigo, destinado a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos de qualquer natureza. As mulheres acolhidas na Casa Abrigo deverão receber assistência jurídica e psicossocial que possibilitem a sua reintegração à sociedade num prazo de 90 dias após o seu ingresso. Garante, também, a infra-estrutura necessária para acolher seus filhos menores de 14 anos.

Alimentos

Os bares, restaurantes, lanchonetes e similares do Estado que fornecem alimentação ao público só poderão vender condimentos, como maionese, mostarda e ketchup, em embalagens hermeticamente lacradas do tipo sachê. O deputado Nilson Gonçalves (PFL), autor do projeto aprovado, explica que a iniciativa visa resguardar a saúde da população contra fraudes nesses alimentos, cuja procedência é ignorada pelo consumidor.

Aleitamento materno

Aprovado o projeto de autoria do deputado João Rosa (PTB), que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo ao município que implantar o Programa de Aleitamento Materno. Entre as ações a serem adotadas pelo Programa estão: manter equipes de estímulo ao aleitamento materno para orientar mães nos estabelecimento de saúde, oferecer treinamento e reciclagem a profissionais que atuam na área, visitar residências onde haja lactantes, orientando as mães quanto ao manejo da amamentação, entre outros.

Transgênicos

O deputado Neodi Saretta (PT) elaborou projeto, aprovado nesta semana que veda o cultivo comercial em Santa Catarina de transgênicos - cientificamente chamados de organismos geneticamente modificados. A proibição é voltada à comercialização de produtos que contenham em sua composição substâncias provenientes dos transgênicos destinadas à alimentação humana ou animal. Segundo o deputado Saretta, seria uma irresponsabilidade permitir o cultivo comercial de produtos que, no mínimo, necessitam de mais esclarecimentos.

Telefonias

As operadoras de telefonia celular com atuação em SC e estabelecimentos comerciais por elas credenciados ficam obrigadas a manter cadastro atualizado de identificação formal dos adquirentes de linhas de telefones celulares a cartão, crédito antecipado ou assemelhado. Neste sentido foi aprovado projeto de autoria do deputado Jaime Mantelli (PDT), que determina ainda que o adquirente de linha telefônica celular que não informar por escrito a transferência dessa linha para terceiros, sob qualquer título, será co-responsável pela utilização dos serviços telefônicos decorrentes.

Faturas - Já do deputado Jaime Duarte (PPS) foi aprovado o projeto que torna obrigatório que a concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado discrimine na fatura de cobrança dos serviços informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor.

GERAL

Sessão solene comemora os 40 anos da UFSC

Marcada como a primeira transmissão ao vivo da TVAL, a sessão solene comemorativa dos 40 anos da UFSC, requerida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), ocorrida na última semana, contou com a presença de autoridades, pró-reitores, diretores de centros, professores, servidores e estudantes daquela instituição de ensino superior, que está entre as dez melhores do país. Enaltecendo os serviços prestados à sociedade catarinense, Blasi disse que os homens públicos responsáveis pela fundação da universidade em 1960 demonstraram estar à frente do seu tempo.

O presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), frisou que o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFSC tem alçado Santa Catarina a patamares invejáveis de desenvolvimento no contexto da federação brasileira. Knaesel reiterou o compromisso da Casa em apoiar todas as iniciativas e a continuidade das conquistas da universidade. Destacando que os dois parlamentares, Blasi e Knaesel, são ex-alunos da UFSC, o reitor Rodolfo Pinto da Luz lembrou que há 40 anos havia seis faculdades e não mais que 10 cursos de graduação, chegando hoje a 62 cursos com 16.673 estudantes, 8.060 alunos de pós-graduação em 40 cursos de mestrado e 20 de doutorado, totalizando 1.670 professores, dos quais 875 são doutores e 573 mestres. Informou, ainda, que SC



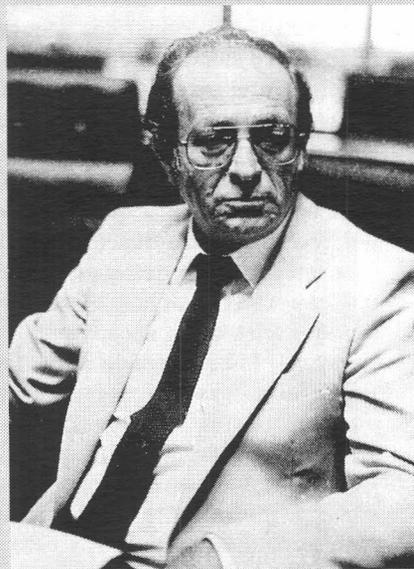
Reitor Rodolfo Pinto da Luz é cumprimentado pelo deputado João Henrique Blasi, autor do requerimento que originou a homenagem

ocupa o quinto lugar no Brasil em alunos de doutorado e que neste ano houve um aumento de 81% nas matrículas em relação a 1999.

Quanto às fundações educacionais, o reitor destacou que a UFSC foi a matriz para a formação de professores e para o desenvolvimento de suas atividades. Além disso, defendeu investimentos em ciência e tecnologia, setores através dos quais a universidade responde pela integração com indústrias do país e exterior. Em nome do governo do Estado, Miriam Schlickmann, secretária da Edu-

cação, parabenizou a instituição pela participação nas áreas da política, educação, economia e saúde, enfatizando que o seu sucesso beneficia a população, o Estado e os municípios catarinenses.

Já o deputado Jaime Mantelli (PDT) parabenizou os criadores da universidade, enquanto a deputada Ideli Salvatti (PT) disse que a maior homenagem à UFSC pelos serviços prestados à comunidade é a transmissão ao vivo pela TVAL. "Que a UFSC continue pública e comprometida com a maioria da população", completou a parlamentar.



(foto João Carlos Xavier)

Morre ex-deputado Nagib Zattar

Os trabalhos da sessão extraordinária da Assembléia, marcados para às 14 horas deste dia 18, foram suspensos pelo presidente, deputado Gilmar Knaesel (PPB), em função do falecimento do ex-parlamentar Nagib Zattar (PPB), ocorrido na madrugada desta segunda-feira em Joinville. O empresário joinvilense foi deputado estadual em duas oportunidades: de 1979 a 1982, eleito pela extinta Arena, e de 1983 a 1986, pelo também extinto PDS.

Nagib Zattar, filho de Jacó e Sada Zattar, nasceu em Joinville em 23 de setembro de 1923. Casado com dona Gilda Dilitch Zattar possuía três filhos: Cláudio, Regina

e Rosana. Empresário por formação, foi diretor comercial do Grupo Adinco SA de Joinville.

Vereador no período de 1970 a 1978, foi presidente da Câmara Municipal de Joinville em seu último ano de mandato. No mesmo ano, assumiu a presidência da União de Vereadores de Santa Catarina. Na Assembléia, foi deputado por duas legislaturas consecutivas, voltando em 1987 para a iniciativa privada.

No Legislativo Estadual, era representante dos municípios de Joinville, Guarimirim, Garuva, Araquari, São Francisco do Sul e Barra Velha, todos da região Norte do Estado.